

# CBH-AP Comitê das Bacias Hidrográficas do Aguapeí e Peixe

## Ata da 1ª Reunião Extraordinária do Comitê do Aguapeí Peixe de 21/03/2000

Aos vinte e um dias do mês de Março do ano dois mil, no Município de Lucélia, na AFUCAL, às quatorze horas, foi realizada a primeira reunião ordinária do Comitê do Aguapeí e Peixe. Para o início da reunião foi composta a mesa diretiva por: Sr. Carlos Ananias Campos de Souza, Prefeito Municipal de Lucélia e Presidente deste Comitê; o Sr. Rogério Menezes de Melo, Vice-presidente do Comitê e representante da Sociedade Civil; o Sr. Luiz Antônio da Silva, Secretário Executivo deste Comitê; o Sr. Hélio Purini, Representante do Presidente da AMINAP e Prefeito Municipal de Junqueirópolis; Sr. Antônio Francelino, Prefeito Municipal de Álvaro de Carvalho e presidente da ANCOP, O SR. Jorge de Faria Malulli., Prefeito Municipal de Mirandópolis e Presidente do comitê do Baixo Tietê, Capitão João Bezerra, Comandante da Polícia Florestal. E o Sr. Carlos Gasparoto, Vice Prefeito de Lucélia Composta a mesa, o Sr. Presidente, agradecendo a presença de todos, iniciou os trabalhos, indicando a Deliberação 023 de 2000, proposta pela Câmara Técnica, que define as prioridades de investimentos deste Comitê para os recursos do Fehidro para o ano 2000. O Sr. Presidente, após mencionar a existência de emenda parlamentar federal, como complemento aos recursos do FEHIDRO, solicita a inclusão do Comitê do Aguapeí e Peixe nestas emendas através da interferência dos prefeitos junto aos deputados federais, passa a palavra ao Sr. Secretário Executivo que esclarece que os recursos desta emenda serão incluídos no orçamento estadual e, posteriormente distribuídos aos Municípios dentro das prioridades definidas pelo Plano de Bacia.. O Sr. Presidente retomando a palavra, passa-a ao Sr. Vice-presidente para suas considerações iniciais. O mesmo passa a falar sobre a Reunião ocorrida com o Sr. Secretário Estadual de Recursos Hídricos, Mendes Thame, que segundo o Vice-Presidente deu uma aula sobre o Sistema de Gestão de Recursos Hídricos e pediu apoio para o Projeto de Cobrança que tramita na Assembléia Legislativa do Estado e preconiza a descentralização dos recursos, contra a Legislação Federal que propõem a centralização dos recursos na ANA. Mencionou também a necessidade da regulamentação, por lei, da definição da Sociedade Civil como tomadora de recursos do Fehidro, que é uma solicitação legítima. Retomando a palavra, o Sr. Presidente solicita ao Sr. Secretário Executivo que proceda à leitura da Ata da reunião anterior, no que é questionado pelo Sr. Vice-Presidente sobre a possibilidade, em função da ampla pauta da presente reunião, da suspensão de tal leitura face a todos já terem-na recebido. O Sr. Presidente coloca em votação e aprova a não leitura da mesma. Coloca-a então em discussão. O Sr. Prefeito de Álvaro de Carvalho questiona quanto à sua posição na reunião anterior com relação à solicitações ao CRH de que não haja contrapartida para Municípios pequenos e onde a contrapartida é um ônus bastante alto. O Sr. Presidente menciona que para este ano a discussão sobre contrapartida foi conduzida, mas o plenário achou por bem mantê-la e inclui-la como fator de pontuação dos projetos para obtenção de recursos. O Sr. Prefeito de Álvaro de Carvalho diz que não é solicitação para o corrente ano, mas para o próximo. O Sr. Vice-Presidente se manifesta dizendo que o que se pretende é a mudança do Manual de Procedimentos de Fehidro com relação à contrapartida e solicita ao Prefeito Municipal de Álvares Machado, Sr. Takashi, representante do Grupo 1 dos Comitês junto ao CRH, que encaminhe esta discussão naquele "foro". O Senhor secretário executivo, em análise do Manual de Procedimentos do Fehidro, cita trecho do mesmo onde está dito que para ações de interesse geral do Comitê, para resolução de problemas de saúde pública e em outros eventos especiais, a contrapartida mínima poderá ser inferior a 20%. O Sr. Luís Sérgio, Coordenador da Câmara Técnica cita o questionamento de alguns municípios sobre a desobrigação de contrapartida para aqueles que participem da Comunidade Solidária. No caso do Fehidro nada consta sobre esta possibilidade, mas pode ser um motivo de discussão junto ao CRH. O Sr. Prefeito de Álvaro de Carvalho reitera a necessidade da discussão deste assunto junto ao CRH. O Sr. Prefeito de Quintana, menciona que na ATA em discussão não constou seu comentário sobre a CETESB de Marília e a CETESB de São Paulo, também sobre sua informação sobre a possibilidade de aquisição de caminhão de lixo. O Sr. Prefeito de Quintana menciona falha no cálculo dos recursos disponíveis para o ano de 2000, na deliberação a ser aprovada. O Sr. Luiz Antônio da Silva, Secretário Executivo, diz que a diferença verificada se deve a um recurso de custeio que foi transformado em investimento, o que aumentou o recurso disponível. Após comentários o Sr. Presidente, solicita a inclusão das duas correções indicadas e coloca a ata em votação, sendo a mesma aprovada por unanimidade dos presentes. Passa então a palavra à Secretaria Executiva para manifestações. A secretaria menciona a reunião que ocorrerá em São Paulo para alteração do Manual do Fehidro com relação à possibilidade da Sociedade Civil tomar recursos do Fehidro, onde a Secretaria do Comitê se fará presente. O Sr. Presidente passa a palavra ao Coordenador da Câmara Técnica para que o mesmo explique a deliberação a ser aprovada. O Sr. Coordenador explica a solicitação feita pelo Sr. Prefeito de Quintana, quanto aos recursos. Retornou recursos de financiamento com retorno, de prefeituras que desistiram de projetos (Pracinha e Caiabu) e de ajustes realizados em alguns projetos em andamento. Então aos R\$ 2.117.097,16 iniciais, somou-se R\$ 140.997,27, o que perfaz um total de R\$ 2.258.094,43 para o ano de 2000. O Coordenador ressalta o alto nível das discussões desenvolvidas pela Câmara Técnica, bastante calorosa, onde foram necessárias duas reuniões. Uma em Marília em 09/03 e outra em Osvaldo Cruz em 14/03. Tal trabalho se deveu à quantidade de recursos solicitados, bastante maior que o recurso disponível. O Sr. Coordenador passa então à explicação da Deliberação 023/2000. Indica todos os projetos contemplados e aqueles em carteira e apresenta os projetos de outros anos que estão com pendências com o Fehidro, indicando as pendências. Os tomadores com pendências não poderão entrar com novas solicitações. Após todas as explicações sobre os critérios adotados e após o esclarecimentos de medidas tomadas pela Câmara Técnica, que exigiu grande desgaste dos membros da Câmara, o Sr. Coordenador devolve a palavra à mesa que coloca a deliberação em discussão. O Sr. Prefeito de Álvaro de Carvalho solicita a aplicação das cláusulas do Contrato, onde se estabelecem os critérios. O Prefeito diz também que a deliberação apresentada fez do trabalho da Câmara Técnica uma perda de tempo, pois depois de quatro horas de discussão na mesma, os projetos aprovados numa primeira instância foram mudados. O Sr. Coordenador, então, explica as mudanças, baseadas exclusivamente em critérios exigidos pelo Manual do Fehidro. Várias intervenções foram feitas no sentido de explicar a aplicação do Manual do Fehidro nas alterações realizadas. Tomou a palavra então o Sr. Prefeito de Quintana que mencionou o projeto apresentado para aterro sanitário, que possui inclusive licença de instalação, que foi considerado como pendente. Solicitou então análise da pendência de seu Município, uma vez que o mesmo entende que a pendência não é do Município, mas do Agente Técnico. A Cetesb, representada pelo Sr. Paulo Wilson, fez esclarecimentos sobre o projeto de Quintana. O Prefeito de Quintana menciona que a regional da Cetesb de Marília tem ajudado e que o problema adveio da análise da Cetesb de São Paulo, solicita novamente análise da pendência pela Câmara Técnica. O Sr. Presidente mantém o documento em discussão, e aponta a necessidade do aperfeiçoamento dos critérios, que inclusive teve reunião marcada para tanto e não foi apresentada nenhuma proposta. Menciona então que, à luz da ferramenta disponível, a Câmara Técnica cumpriu sua função no momento de priorizar os recursos. O Sr. Presidente sugere uma reunião exclusiva para definição das pendências dos Municípios, inclusive com ampla defesa dos que se sentirem prejudicados. Mencionou também a existência de mais de um pleito por Município. Foi esclarecido então que na verdade os pleitos foram feitos por entidades diferentes, perfeitamente permitida pelos critérios do Comitê. Toma a palavra então o representante do Município de Bastos que solicita a inclusão do projeto de canalização que é uma segunda etapa, não tendo sido aprovado por falta de licença. Bastos solicita então a reunião de reavaliação dos projetos em pendências. O Sr. Presidente após todos os esclarecimentos coloca em votação a deliberação que é aprovada pela unanimidade dos presentes. Propõem, então, seja deliberada a realização de uma reunião onde os projetos que estejam com pendências junto ao FEHIDRO e aos agentes técnicos sejam apreciados e os tomadores tenham amplo direito de defesa. Foi tal solicitação posta em discussão e posta em votação. O Sr. Prefeito de Arco Íris propõem prazo para que os projetos em pendência tenham um prazo para atendimento das exigências, após o que os mesmos serão cancelados. O Presidente da Câmara Municipal de Santo Expedito solicita um prazo de apenas trinta dias para providências no sentido de se iniciar os projetos. O representante de Bastos solicita que sejam incluídos os Municípios que estejam com pendências dentro da deliberação de 2000. Votada a convocação para a reunião a mesma foi aprovada. Com relação ao prazo foram votados 30 e 60 dias, tendo sido aprovado o prazo de 30 dias. O Presidente para encerramento da reunião franqueia a palavra ao plenário. Em não havendo manifestação franqueia a palavra à mesa. O Sr. Prefeito de Mirandópolis, Presidente do Comitê do Baixo Tietê, faz uso da palavra indicando sua experiência no gerenciamento da Comitê ao qual preside, roga pelo uso do bom senso e pela fraternidade na condução das atividades do Comitê. Diz da importância da Câmara Técnica e apoia a sociedade civil como tomadora de projetos. Coloca o gabinete do Deputado Malulli Neto para a condução das emendas para tomada de recursos para aplicação em Recursos Hídricos. Se despede, colocando o Comitê do Baixo Tietê à disposição do Comitê do Aguapeí e Peixe e solicita a inclusão de Mirandópolis no Comitê do Aguapeí e Peixe. O Vice – Presidente faz suas considerações finais, testemunhando que a Câmara Técnica trabalhou dentro dos critérios de que dispunha. Ressalta a quantidade de projetos já aprovados e na quantidade de projetos apresentados, citando o avanço no gerenciamento e recuperação dos recursos hídricos. O Secretário Executivo divulga o "site <http://www.sigrh.usp.gov.br>" dos Comitês e se despede. O Sr. Presidente dá então a reunião por encerrada.